

São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda.

Demonstrações Financeiras,
Individuais e Consolidadas do Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Cotistas e Diretores da
São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda.
Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. ("Operadora"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Operadora e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Operadora mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas contratualmente. Nossa opinião não está ressalvada por esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com as suas continuidades operacionais e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a não ser que pretenda liquidar a Operadora e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		266.471	263.603	291.827	270.737	PASSIVO CIRCULANTE		216.481	196.131	249.680	194.492
Disponível		3.495	714	4.838	719	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		109.879	118.996	123.018	118.996
Realizável		262.976	262.889	286.989	270.018	Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	12	5.155	4.953	7.724	4.953
Aplicações financeiras	3	160.945	179.557	173.298	186.686	Provisões de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	12	44.152	36.235	45.902	36.235
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		116.765	59.412	122.774	59.412	Provisão para remissão	12	905	884	936	884
Aplicações não vinculadas		44.180	120.145	50.524	127.274	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	13	32.225	47.851	35.752	47.851
						Provisão de eventos a liquidar para SUS	14	17.894	20.020	23.157	20.020
						Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais - partes relacionadas	19	9.548	8.953	9.548	8.953
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		53.804	58.929	58.718	58.929	Débitos de operações de assistência à saúde		4.414	2.297	9.185	2.297
Contraprestação pecuniária a receber	4	52.777	58.032	57.691	58.032	Comercialização sobre operações		560	67	601	67
Partes relacionadas - contraprestação pecuniária a receber	19	1.027	897	1.027	897	Outros débitos de operações de assistência à saúde		3.854	2.230	8.584	2.230
Créditos a receber de prestação de serviços	5	9.538	8.368	11.517	8.368	Tributos e contribuições a recolher	15	16.957	13.288	20.951	13.550
Créditos tributários e previdenciários	6	13.211	863	15.691	863	Empréstimos e financiamentos a pagar	17	2.439	2.705	7.484	2.705
Bens e títulos a receber	7	25.478	15.172	27.766	15.172	Débitos diversos	16	82.005	57.331	88.981	55.431
						Partes relacionadas - débitos diversos	19	786	1.513	61	1.513
ATIVO NÃO CIRCULANTE		268.172	152.628	286.710	143.855	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		41.149	33.394	51.844	35.951
Realizável a longo prazo		15.499	15.478	18.075	15.478	Provisão para remissão	12	1.448	1.496	1.504	1.496
Aplicações livres	3	-	-	2.050	-	Provisão de eventos a liquidar para SUS	14	9.239	4.451	10.223	4.451
Ativo fiscal diferido	25	8.954	9.267	8.954	9.267	Provisões para riscos	18	15.502	9.307	16.178	9.307
Depósitos e bloqueios judiciais e fiscais	9	6.545	6.211	7.039	6.211	Passivo fiscal diferido		-	-	539	-
Outros		-	-	32	-	Empréstimos e financiamentos a pagar	17	2.533	1.027	7.504	1.027
Investimentos em controladas	8	69.781	17.735	-	-	Tributos e contribuições a recolher	15	-	-	3.468	-
Imóveis destinados a renda	21	-	-	8.962	8.962	Outros débitos	16	12.427	17.113	12.427	19.670
Imobilizado	10	132.421	67.375	157.957	67.375	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	277.013	186.706	277.013	184.149
Imobilizado de uso próprio - hospitalares		38.942	33.974	60.068	33.974	Capital social		159.552	129.552	159.552	129.552
Imobilizado de uso próprio - não hospitalares		25.734	14.249	27.373	14.249	Cotas em tesouraria		(450)	(448)	(450)	(448)
Imobilizações em curso		46.438	5.278	46.979	5.278	Reservas de lucros		117.911	57.602	117.911	57.602
						Reservas de reavaliação		-	-	-	(1.047)
						Reservas de capital		-	-	-	(1.509)
Outras imobilizações - hospitalares		21.307	13.874	23.537	13.874						
Intangível	11	50.471	52.040	101.716	52.040						
TOTAL DO ATIVO		534.643	416.231	578.537	414.592	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		534.643	416.231	578.537	414.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Contraprestações líquidas	22	1.236.941	1.013.460	1.276.151	1.013.460
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		1.253.962	1.052.519	1.294.228	1.052.519
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(17.021)	(39.059)	(18.077)	(39.059)
Eventos indenizáveis líquidos		(871.259)	(754.179)	(894.712)	(754.179)
Eventos conhecidos ou avisados	23	(863.441)	(745.972)	(886.736)	(745.972)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(7.818)	(8.207)	(7.976)	(8.207)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		365.682	259.281	381.439	259.281
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		2.790	2.076	3.603	2.076
Outras receitas operacionais	24	57.083	54.983	66.062	54.983
Tributos diretos de operações não relacionadas com planos de saúde		(856)	(441)	(1.384)	(758)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(3.458)	(3.433)	(5.228)	(3.433)
Provisão para perdas sobre créditos		(12.476)	(20.275)	(13.492)	(20.275)
Outras despesas de operações de assistência a saúde não relacionadas com planos de saúde	24	(53.510)	(40.825)	(56.446)	(40.825)
Outras receitas e despesas		14.975	8.276	138	1.063
Resultado bruto		370.230	259.642	374.692	252.112
Despesas de comercialização	25	(13.681)	(12.058)	(13.975)	(12.058)
Despesas administrativas	25	(237.607)	(168.857)	(240.640)	(160.572)
Resultado financeiro	26	5.000	10.492	5.517	10.751
Receitas financeiras		15.999	17.370	17.076	17.650
Despesas financeiras		(10.999)	(6.878)	(11.559)	(6.899)
Resultado antes dos impostos		123.942	89.219	125.594	90.233
Correntes:	27				
Imposto de renda corrente		(24.246)	(22.967)	(25.517)	(23.706)
Contribuição social corrente		(8.952)	(8.480)	(9.372)	(8.755)
Diferidos:	27				
Imposto de renda diferido		(230)	2.441	(201)	2.441
Contribuição social diferido		(83)	879	(73)	879
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		90.430	61.091	90.430	61.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	90.430	61.091	90.430	61.091
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>90.430</u>	<u>61.091</u>	<u>90.430</u>	<u>61.091</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Cotas em Tesouraria	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		91.552	-	7.428	-	98.980
Integralização de capital em espécie	20 (a)	38.000	-	-	-	38.000
Cotas em tesouraria	20 (a)	-	(448)	-	-	(448)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	61.091	61.091
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	20 (b)	-	-	(7.428)	-	(7.428)
Distribuição de lucros do exercício	20 (b)	-	-	-	(3.489)	(3.489)
Complemento da reserva de lucros		-	-	57.602	(57.602)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>129.552</u>	<u>(448)</u>	<u>57.602</u>	<u>-</u>	<u>186.706</u>
Integralização de capital em espécie	20 (a)	30.000	-	-	-	30.000
Cotas em tesouraria	20 (a)	-	(2)	-	-	(2)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	90.430	90.430
Juros sobre o capital próprio a pagar	20 (c)	-	-	-	(12.577)	(12.577)
Distribuição de lucros do exercício	20 (b)	-	-	-	(17.544)	(17.544)
Complemento da reserva de lucros		-	-	60.309	(60.309)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u><u>159.552</u></u>	<u><u>(450)</u></u>	<u><u>117.911</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>277.013</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de planos de saúde	1.327.286	1.079.314	1.367.606	1.079.314
Outros recebimentos operacionais	164.774	158.578	170.366	158.578
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(864.665)	(713.458)	(888.422)	(713.458)
Pagamentos de comissões	(11.554)	(9.617)	(12.024)	(9.617)
Pagamentos de pessoal	(113.430)	(94.628)	(121.372)	(94.628)
Pagamentos de "pro labore"	-	-	(95)	-
Pagamentos de serviços de terceiros	(120.079)	(66.112)	(125.411)	(66.112)
Pagamentos de tributos	(151.873)	(114.801)	(155.752)	(116.250)
Pagamentos de aluguel	(13.005)	(10.493)	(13.328)	(10.493)
Pagamentos de promoção/publicidade	(867)	(887)	(934)	(887)
Aplicações financeiras	(57.353)	(5.209)	(54.596)	(5.946)
Outros pagamentos operacionais	(126.981)	(97.669)	(108.467)	(89.011)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>32.254</u>	<u>125.018</u>	<u>57.572</u>	<u>131.490</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado e intangível - outros	(62.740)	(57.049)	(63.440)	(57.049)
Dividendos recebidos	21.178	-	-	-
Aquisição de investimentos (participação em controladas e carteira de clientes)	(36.607)	(11.327)	(36.607)	(11.327)
Outros	-	-	(69)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(78.169)</u>	<u>(68.376)</u>	<u>(100.116)</u>	<u>(68.376)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Pagamento de juros sobre capital próprio	(12.577)	-	(12.577)	-
Pagamento de amortização - financiamentos	(1.639)	(8.603)	(3.333)	(8.603)
Distribuição de lucros	(17.544)	(10.890)	(17.544)	(10.890)
Integralização de capital	30.000	38.000	30.000	38.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(1.760)</u>	<u>18.507</u>	<u>(3.454)</u>	<u>18.507</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	<u>(47.675)</u>	<u>75.149</u>	<u>(45.998)</u>	<u>81.621</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS				
Disponível e aplicação não vinculadas no fim do exercício	73.184	120.859	55.362	127.993
Disponível e aplicação não vinculadas no início do exercício	120.859	45.711	101.360	46.373
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	<u>(47.675)</u>	<u>75.149</u>	<u>(45.998)</u>	<u>81.621</u>
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS LUCRO LÍQUIDODO EXERCÍCIO				
	90.430	61.091	90.430	61.091
Depreciação e amortização	18.772	11.387	19.227	11.760
Equivalência patrimonial	(13.929)	(7.218)	-	-
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Variação das aplicações vinculadas a provisões técnicas e aplicações livres	(57.353)	(5.209)	(55.825)	(5.209)
Variação de créditos das operações com planos de assistência à saúde	5.327	(27.487)	5.138	(27.487)
Variação dos bens e títulos a receber	(23.824)	(9.013)	(22.339)	(11.669)
Variação de depósitos judiciais e fiscais	(334)	(79)	(274)	(79)
Variação de investimentos	(7.248)	-	-	-
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(9.319)	61.698	(7.811)	61.698
Variação dos tributos e encargos a recolher	3.669	4.594	4.258	4.691
Variação dos débitos diversos	26.063	35.254	24.767	36.694
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>32.254</u>	<u>125.018</u>	<u>57.572</u>	<u>131.490</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. ("Operadora"), sediada em Ribeirão Preto - SP, tem como objetivo a administração, assessoria, implantação e comercialização de sistemas e planos de saúde individuais, familiares e coletivos, por meios de execução próprios ou mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolso de despesas médicas, odontológicas, hospitalares e ambulatoriais a seus beneficiários; o atendimento médico ambulatorial; e a organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação. A Operadora possui destaque no setor sucroalcooleiro.

A Operadora atende às exigências da Lei nº 9.656/98 e possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 30.209-1.

Com o objetivo de obter agilidade operacional, qualidade no atendimento e eficiência fiscal e, conseqüentemente, reduzir custos assistenciais, esforços de regulação, auditoria médica e faturamento hospitalar. Em 2016, houve uma reestruturação do grupo econômico, e a sociedade Hospital São Francisco S/E Ltda. ("Hospital" ou "HSF") foi incorporada pela Operadora. A proposta de incorporação é fruto de estudo feito pelo HSF em conjunto com a Operadora, com o objetivo de analisar o contexto econômico das sociedades envolvidas na operação e quais as alternativas para otimizar seus resultados, potencializar a sinergia existente entre ambas e consolidar suas posições no mercado hospitalar e de operação de planos de saúde.

O objeto social da Operadora, após a incorporação, está definido como: (a) administração, assessoria, implantação e comercialização de sistemas de planos privados de saúde individuais, familiares e coletivos, por meios de execução próprios ou mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolsos de despesas médicas, odontológicas, hospitalares e ambulatoriais feitos aos seus beneficiários; (b) prestação de serviços médico-hospitalares, por meio de estabelecimentos hospitalares, clínicas, prontos-socorros e outras organizações do mesmo gênero; (c) atendimento médico-ambulatorial; (d) organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação; (e) laboratório: compreendendo análises clínicas, anatomia patológica e citologia; (f) hemoterapia: compreendendo a coleta, fracionamento, sorologia, armazenamento, distribuição e transfusão de sangue; (g) oncologia: compreendendo a manipulação e a infusão, em regime ambulatorial e hospitalar, de quimioterápicos; (h) fisioterapia: em regime hospitalar e ambulatorial; (i) pronto atendimento; (j) atendimento ambulatorial; e (k) prestação de serviços de natureza administrativa.

Tendo em vista que a Operadora está sujeita aos termos da Resolução Normativa nº 270/11 e da Instrução Normativa da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE nº 49/12, editadas pela ANS, a referida incorporação foi aprovada por essa Agência.

Em 1º de outubro de 2018, a Operadora, através de contrato de compra e venda, adquiriu 100% das ações da Assistência Médico Hospitalar São Lucas S.A. ("São Lucas Lins"), sociedade anônima com sede na cidade Lins, estado de São Paulo, na rua Pedro de Toledo número 265, inscrita no CNPJ/MF sob número 51.502.821/0001-67. Tem como objeto social a operacionalização de planos de saúde, nos termos da lei 9656/98, medicina preventiva, bem como a prestação de serviços médicos, odontológicos, hospitalares, laboratoriais, resgate médico; com recursos próprios e de terceiros, podendo utilizar-se da cooperação de entidades congêneres, convênios com hospitais, clínicas e demais profissionais da área de saúde, dentre outros meios necessários ao atendimento dos objetivos propostos; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios. Em 31 de dezembro de 2018, a Assistência Médico São Lucas S.A. possui 69.859 conveniados. Vide informações adicionais sobre essa entidade adquirida na nota explicativa nº 2.3 e nota explicativa nº 8.

Em novembro de 2018, a Operadora, também através de contrato de compra e venda, adquiriu 100% das quotas do Hospital São Francisco Ltda., sociedade empresária de responsabilidade limitada com sede na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás, situado na avenida Lazáro Xavier, 21, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob número 02.046.142/0001-15. A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços médicos, clínicos cirúrgicos, hospitalares, laboratórios de análise clínica e raio-x. Vide informações adicionais sobre essa entidade adquirida na nota explicativa nº 2.3 e nota explicativa nº 8.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS.

A Resolução Normativa nº 290/12 determinou que a escrituração das operações do mercado de saúde deve obedecer, no que não contrariar os dispositivos dessa Resolução, às normas estabelecidas pela Resolução nº 2016/NBCTSPEC do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Operadora e de suas controladas, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Base de elaboração, consolidação e investimentos em controladas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Operadora detém o controle. A Operadora controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Operadora deixa de ter o controle.

Transações entre a Operadora e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Controladora.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em controladas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Operadora e de suas controladas, observando os percentuais de participação em vigor.

b) Transações e participações societárias de não controladores

A Operadora e suas controladas tratam as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos destas. Para as compras de participação de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

c) Perda de controle em controladas

Quando a Operadora deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida e sua coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Operadora tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

As controladas que foram consolidadas são:

	Participação	
	31/12/2018	31/12/2017
Assistência Médico Hospitalar São Lucas S.A.	100,00%	-
GSF Administração de Bens Próprios Ltda.	100,00%	100,00%
Hospital São Francisco Ltda.	100,00%	-

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas consolidadas no encerramento do exercício:

	São Lucas	GSF	Hospital São Francisco
	2018	2018	2018
Ativo circulante	24.440	1.613	28
Ativo não circulante	21.630	8.962	2.357
Total do ativo	46.070	10.575	2.385

	<u>São Lucas</u> <u>2018</u>	<u>GSF</u> <u>2018</u>	<u>Hospital São</u> <u>Francisco</u> <u>2018</u>
Passivo circulante	32.877	914	133
Passivo não circulante	10.695	-	-
Patrimônio líquido	<u>2.498</u>	<u>9.661</u>	<u>2.252</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>46.070</u>	<u>10.575</u>	<u>2.385</u>

	<u>São Lucas</u> <u>2017</u>	<u>GSF</u> <u>2017</u>	<u>Hospital São</u> <u>Francisco</u> <u>2017</u>
Ativo circulante	-	9.035	28
Ativo não circulante	-	<u>8.962</u>	<u>2.357</u>
Total do ativo	<u>-</u>	<u>17.997</u>	<u>2.385</u>
Passivo circulante	-	266	-
Passivo não circulante	-	-	-
Patrimônio líquido	-	<u>17.731</u>	-
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>-</u>	<u>17.997</u>	<u>-</u>

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste na somatória dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no patrimônio líquido da empresa adquirida.

O ágio registrado por uma aquisição pode ser ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição). Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou ao passivo é mensurada novamente nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado do período em curso.

2.5. Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (vide nota explicativa nº 2.4.), líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver.

O ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente. Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do período e não é revertida em períodos subsequentes.

Na alienação de uma controlada, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação.

2.6. Novos pronunciamentos técnicos, revisões, alterações e interpretações já emitidas, porém ainda não adotados pela Operadora:

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e/ou não foram aprovadas pela ANS:

- CPC 48 - Instrumentos financeiros

Estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Essa nova norma substitui o CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

- CPC 47 - Receita de contrato com cliente

A nova norma substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção", o CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações, e traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a entidade tenha direito na operação.

- CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil/Leasing:

A nova norma altera o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para, praticamente, todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

- IFRS 17 - Contratos de seguros (ainda não normatizado pelo CPC)

A alteração dessa nova norma determina a agregação de contratos em grupos, de forma a limitar a compensação de contratos lucrativos contra os onerosos. A segregação da carteira deve ser, no mínimo, entre: i) grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos e; iii) grupo de quaisquer contratos remanescentes na carteira. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Não há outras normas emitidas pelo CPC ou interpretações que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Operadora.

2.7. Principais políticas contábeis

a) Disponível e aplicações não vinculadas

Incluem os depósitos bancários, registrados no disponível, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, registrados em aplicações financeiras.

b) Aplicações financeiras

A Operadora e suas controladas possuem aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras são vinculadas a remuneração de renda fixa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 3.

c) Créditos de operações com planos de assistência a saúde

Representados pelos valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde.

d) Provisão para perdas sobre créditos

Constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 60 dias, nos casos de operações com planos individuais, e há mais de 90 dias para os demais planos. A provisão é constituída incluindo todas as parcelas a vencer desses contratos, quando consideradas não realizáveis pela Administração da Operadora e de suas controladas.

e) Investimento em controladas

O investimento em controladas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base no balanço levantado pela controlada na mesma data-base das informações financeiras da Operadora.

f) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração da Operadora e suas controladas determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Essa categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado na data inicial de sua aquisição.

A Operadora e suas controladas classificam nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. Os ativos dessa categoria são, em geral, classificados como ativos circulantes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Operadora e suas controladas não detinham instrumentos financeiros derivativos e não identificou derivativos embutidos em seus contratos de seguros.

ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Operadora e suas controladas compreendem caixa e equivalentes de caixa, créditos de operações com planos de assistência à saúde e créditos com operadoras de saúde. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

g) Imobilizado

Demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente no resultado. As depreciações são calculadas considerando-se os anos como vida útil-econômica estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício.

Ativos imobilizados adquiridos separadamente, por meio da combinação de negócios, são mensurados a fair value no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos imobilizados são apresentados ao custo, menos depreciação acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

h) Intangível

Correspondem ao software e carteira de clientes de beneficiários de planos de assistência a saúde. O software é mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

As carteiras de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, deduzidas da amortização correspondente. A Operadora e sua controlada estimaram a vida econômica das carteiras de clientes em dez anos com base na expectativa de obtenção de fluxos positivos e benefícios econômicos do ativo.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente, por meio da combinação de negócios, são mensurados a fair value no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos imobilizados são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

i) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido dos ativos excede seu valor recuperável é constituída provisão para ajustar o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável. Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões sobre ativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

j) Arrendamentos

Classificados como arrendamentos financeiros sempre que os termos do arrendamento transferirem, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo arrendado à Operadora às suas controladas. Todos os demais arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas relativas aos arrendamentos operacionais são registradas no resultado, linearmente, ao longo do prazo de contrato.

Direitos sobre ativos mantidos em arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos da Operadora e de suas controladas pelo valor justo do bem arrendado (ou, se for menos, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento), no início do arrendamento. O passivo devido ao arrendador é incluído na demonstração da posição financeira como uma obrigação de arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre encargos financeiros e a redução da obrigação de arrendamento, de modo a atingir uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são deduzidos na mensuração de lucros e perdas. Ativos mantidos em arrendamentos financeiros são incluídos no imobilizado, sendo depreciados e avaliados quanto a perdas por redução ao valor recuperável da mesma forma que ativos próprios.

k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa RN nº 206/09, da ANS, e subsequentes alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar, calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência a saúde efetivamente recebida pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviços, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/09 e RN nº 290/2012. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), determinada pela Resolução Normativa nº 393/15: é calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial - NTA.

As provisões técnicas constituídas são:

- Provisão para remissão: a Resolução Normativa nº 75, de 10 de maio de 2004, requer a constituição de provisão para remissão. Através de metodologia definida em nota técnica atuarial (NTA), aprovada pela ANS, é utilizada para assegurar aos dependentes do titular falecido, a garantia ao atendimento à saúde prevista contratualmente.

- Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA): determinada pela Resolução Normativa nº 393/15, deve ser estimada atuarialmente para fazer frente aos pagamentos de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência a saúde.
- Provisão de eventos a liquidar para o SUS: referem-se aos valores cobrados das operadoras de planos privados de assistência a saúde pela ANS, relativos aos atendimentos previstos nos contratos com os beneficiários da operadora e que tenham sido efetuados na rede pública integrante do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

A Resolução Normativa nº 209/09 determinou a constituição dessa provisão a partir de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação dos prestadores de serviços, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

São reconhecidos pelo valor justo, na prática, e correspondem ao valor da fatura apurada com base nos serviços prestados apontados nos registros de produção médica dos cooperados e credenciados, bem como faturas de prestadores de serviços de assistência a saúde efetivamente recebidas pela Cooperativa, conforme estabelecido pela Instrução Normativa IN nº 32/2009.

- Provisão para prêmios não ganhos (PPCNG): conforme RN nº 314, de 23 de novembro de 2012, esta provisão deve ser constituída para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. O cálculo da PPCNG deve apurar a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura de risco, nos contratos em pré-pagamento, por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes na data base de sua constituição.

A PPCNG deve ser constituída diariamente, a partir do início de vigência, e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

I) Provisão para riscos

Reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Operadora e de suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

A provisão para riscos, se necessária, é registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Operadora e de suas controladas e seus assessores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, as quais, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são atualizadas monetariamente pela taxa Selic. Os depósitos judiciais e fiscais são apresentados no ativo não circulante e são atualizados monetariamente.

m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados como passivo não circulante.

n) Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos). Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até o fim de cada exercício, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidos para reais (R\$) às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. Quando necessário, é constituída provisão em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

o) Imposto de renda e contribuição social

A Operadora e sua controlada São Lucas Lins atuam no cenário do lucro real. Dessa forma, o resultado do imposto de renda e da contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustada na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% o que exceder a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

Diferidos

Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, quando aplicável, e registrados no ativo não circulante, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

As controladas Hospital São Francisco ("Quirinópolis") e GSF Administradora atuam no cenário do lucro presumido. Dessa forma, a provisão do imposto de renda é calculada com base à alíquota de 8% sobre o total da receita bruta, acrescido dos rendimentos e ganhos líquidos em aplicações financeiras e demais receitas financeiras. Sobre essa base é aplicada a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido que exceder a R\$240. A provisão da contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido, calculado como sendo equivalente a 12% da receita bruta no mercado interno.

p) Reconhecimento das receitas operacionais

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 314, de 23 de novembro de 2012, a receita operacional é reconhecida no período de cobertura do risco incorrido ("pro rata dia"). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura, seu valor é registrado na rubrica "Provisão de prêmios não ganhos", no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência médica são contabilizadas pelo regime de competência.

q) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com operação da rede própria de atendimento médico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são contabilizados com base nas notificações comunicadas à Operadora e suas controladas de acordo com a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

2.8. Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base em premissas, a Operadora e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora e suas controladas revisam as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritos a seguir:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Operadora e suas controladas constituem a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do Anexo da RN nº 418/2016 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme disposto a seguir: a) nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; b) para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de noventa dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; c) para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde da própria Operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias, a totalidade do crédito foi provisionada.

Vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de impairment

A Operadora e suas controladas reconhecem a depreciação de seus ativos imobilizados com base na estimativa de vida útil remanescente de cada grupo de ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na utilização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

Provisão para riscos

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Operadora tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Operadora e suas controladas utilizam metodologia atuarial própria, devidamente consubstanciada por uma Nota Técnica Atuarial – NTA, aprovada pela ANS, para o cálculo da PEONA. O critério de cálculo utilizado baseia-se no percentual médio ponderado obtido através da construção do “Triângulo de Run-off”, relativo aos valores não avisados, segundo o mês de ocorrência do evento e registradas de acordo com as normas da ANS.

A metodologia utilizada para o cálculo da PEONA possui duas variáveis importantes: dias de atraso para registro contábil dos eventos e média de doze meses do custo assistencial em pré-pagamento.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vinculadas às provisões técnicas: (i)				
Fundo de investimento dedicado ao setor de saúde suplementar - ANS RF	116.765	59.412	122.774	59.412
Não vinculadas às provisões técnicas: (ii)				
Certificado de depósito bancário - CDB	3.540	5.284	6.941	12.413
Operações compromissadas (iv)	15.472	48.173	17.107	48.173
Cotas de fundos de investimentos (iii)	25.168	66.688	26.476	66.688
Total	<u>160.945</u>	<u>179.557</u>	<u>173.298</u>	<u>186.686</u>

- (i) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas nos termos da Resolução Normativa ANS nº 392/15. A vinculação foi realizada em fundo de investimento dedicado à saúde suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras remunerados à taxa média ponderada de 98,5% em 31 de dezembro de 2018 (94,12% em 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A variação corresponde à transferência de saldo das aplicações não vinculadas para atendimento às exigências da ANS (lastro e vinculação).
- (ii) As aplicações não vinculadas às provisões técnicas estão representadas por aplicações financeiras em Operações compromissadas, CDBs e Fundos de Investimentos, mantidas com atualização média entre 65% e 103,3% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2018 e entre 68% e 103% do CDI em 31/12/2017, mantidas em instituições bancárias as quais a Administração entende ser de primeira linha, de acordo com o rating divulgado pelas agências de risco, apresentam liquidez imediata e insignificante risco de valor, sendo portanto classificadas como equivalentes de caixa.
- (iii) Em 2018 foi necessária a readequação dos investimentos para o atendimento das provisões técnicas da ANS. Em abril de 2018, foi sacado R\$52.000 de fundo de investimento não vinculado da controladora e aplicado em fundo de investimento vinculado.

- (iv) Ocorreu uma diminuição da aplicação na controladora devido ao investimento em novas unidades e também devido a aquisição da controlada Assistência Médico São Lucas.

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora				Total
	31/12/2018				
	A vencer	Vencidas			
Até 30 dias		De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias		
Contraprestação pecuniária a receber	28.947	19.601	10.415	49.544	108.507
Provisão para perdas sobre créditos					(55.730)
Total líquido					<u>52.777</u>

	Controladora				Total
	31/12/2017				
	A vencer	Vencidas			
Até 30 dias		De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias		
Contraprestação pecuniária a receber	37.597	18.190	9.708	38.924	104.419
Provisão para perdas sobre créditos					(46.387)
Total líquido					<u>58.032</u>

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(32.159)
Adições (despesas no exercício)	(18.547)
Reversão/baixas	4.319
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(46.387)
Adições (despesas no exercício)	(10.924)
Reversão/baixas	1.581
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(55.730)</u>

	Consolidado				Total
	31/12/2018				
	A vencer	Vencidas			
Até 30 dias		De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias		
Contraprestação pecuniária a receber	32.660	21.433	10.989	50.566	115.648
Provisão para perdas sobre créditos					(56.930)
Total líquido					<u>58.718</u>

	Consolidado				Total
	31/12/2017				
	A vencer	Vencidas			
Até 30 dias		De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias		
Contraprestação pecuniária a receber	37.256	18.190	9.708	38.924	104.078
Provisão para perdas sobre créditos					(46.387)
Total líquido					<u>57.691</u>

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(46.387)
Adições (aquisição de controlada São Lucas Lins)	(1.005)
Adições (despesas no exercício)	(11.119)
Reversão/baixas	1.581
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(56.930)</u>

5. CRÉDITOS A RECEBER DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Serviços médico-hospitalares (a)	15.229	11.953	17.415	11.953
Serviços médico-hospitalares a faturar (b)	1.341	1.341	1.341	1.341
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(7.032)</u>	<u>(4.926)</u>	<u>(7.239)</u>	<u>(4.926)</u>
Total	<u>9.538</u>	<u>8.368</u>	<u>11.517</u>	<u>8.368</u>

(a) Refere-se a serviços médico-hospitalares prestados pela Operadora e suas controladas aos beneficiários dos planos de saúde.

(b) Refere-se a receitas provenientes da internação de pacientes no fim do exercício que, por não terem tido alta ou não terem completado 30 dias de internação, não tiveram sua fatura emitida dentro desse período.

O saldo das contas a receber da controladora e do consolidado está distribuído por vencimento, conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	4.378	4.857	5.712	4.857
Vencidos:				
Até 30 dias	1.642	1.475	1.922	1.475
De 31 a 60 dias	820	493	1.037	493
De 61 a 90 dias	607	351	888	351
De 91 a 180 dias	1.522	654	1.539	654
Acima de 180 dias	<u>6.260</u>	<u>4.123</u>	<u>6.317</u>	<u>4.123</u>
Total	<u>15.229</u>	<u>11.953</u>	<u>17.415</u>	<u>11.953</u>

Movimentação da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(3.258)	(3.258)
Constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.903)	(1.903)
Reversão/baixas	<u>235</u>	<u>235</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.926)	(4.926)
Constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.812)	(3.019)
Reversão/baixas	<u>706</u>	<u>706</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(7.032)</u>	<u>(7.239)</u>

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos tributários:				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75	66	125	66
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	230	193	1.252	193
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.795	157	2.527	157
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	48	18	405	18
PIS e COFINS (a)	10.370	60	10.593	60
Retenções sociais	351	27	447	27
Despacho decisório	367	367	367	367
(-) Provisão para perdas com créditos	(25)	(25)	(25)	(25)
Total	13.211	863	15.691	863

- a) Controladora: Trata-se de crédito de Pis e Cofins do período de outubro de 2016 à dezembro de 2017, visando deduzir das indenizações correspondentes aos eventos ocorridos na rede própria (Hospital São Francisco), nos termos do § 9, art. 3, Lei 9.718/98, apurado pela Sociedade. O pedido de restituição foi realizado em dezembro de 2018 com expectativa de recebimento no próximo ano.

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Estoque de materiais de medicamentos (a)	7.749	5.606	9.541	5.606
Estoque de almoxarifado (a)	5.012	1.631	5.070	1.631
Cheques devolvidos e pré-datados	2.116	1.501	2.482	1.501
Centro de Serviços Compartilhados	652	466	652	466
Adiantamentos a funcionários	593	737	616	737
Adiantamentos a prestadores (b)	10.661	6.562	10.702	6.562
Despesas antecipadas	287	208	315	208
Provisão para obsolescência nos estoques	(298)	(298)	(298)	(298)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.294)	(1.241)	(1.314)	(1.241)
Total	25.478	15.172	27.766	15.172

- (a) O estoque Operadora e de sua controlada é composto, em sua maioria, por materiais e medicamentos. Esses materiais e medicamentos ficam armazenados nos seguintes depósitos: farmácia do centro cirúrgico, farmácia de oncologia, farmácia do Centro de Tratamento Intensivo - CTI, farmácia do Hospital-Dia, almoxarifado central localizado dentro do Hospital, laboratório central, Hospital Neto Campello e Hospitais em Lins e Bauru (controlada São Lucas Lins).
- (b) Os adiantamentos são feitos às casas de saúde e hospitais, que cedem parte de seu espaço para a atuação da Operadora. O aumento é decorrente de mais atendimentos e consultas, tendo em vista o aumento do número de vidas e o crescimento operacional da Operadora.

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Participação total no capital social - %</u>		
Participação em controladas pelo valor patrimonial	15.163	17.735
Mais-valia sobre participação em controladas, líquida	15.241	-
Ágio gerado na combinação de negócios	39.377	-
Total de investimentos	69.781	17.735

Movimentação dos investimentos

	Assistência Médico Hospitalar São Lucas S.A	Hospital São Francisco Ltda.	GSF Administração de Bens Próprios Ltda.
Participação total no capital social - %	100%	100%	100,00%
Capital social	17.500	2.400	9.336
Quantidade de cotas detidas - mil	17.500	2.400	9.336
Patrimônio líquido	2.498	3.000	9.661
Lucro líquido do exercício/período	1.273	600	13.108
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	10.517
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	7.218
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	17.735
Aquisição de participação por meio de compra de participação	56.295	3.000	-
Dividendos recebidos	-	-	(21.178)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	821	-	13.108
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>57.116</u>	<u>3.000</u>	<u>9.665</u>

(*) Registrado na rubrica de "outras receitas e despesas".

Assistência Médico Hospitalar São Lucas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de outubro de 2018, a Operadora adquiriu 100% das ações da São Lucas Lins. O valor da aquisição foi de R\$56.295, sendo pago parte à vista e o restante no montante de R\$18.130 em 10 parcelas a partir de novembro/2018. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar, no montante de aproximadamente R\$16.000 está registrado na rubrica de "Débitos diversos" no passivo circulante e sobre as parcelas incide atualização da taxa CDI.

O valor pago corresponde à mais-valia dos ativos tangíveis (imobilizado) e carteira de clientes no montante de R\$15.692. Estes valores foram avaliados seguindo o que determina o pronunciamento contábil relacionado.

Ágio gerado na combinação de negócios e mais-valia gerada na aquisição

A Administração da Operadora contratou especialistas para a mensuração de ativos e passivos dessa controlada a valor justo, apurando um ágio, fundamentado em rentabilidade futura, no montante de R\$39.377, conforme demonstrado a seguir:

<u>Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos</u>	<u>Valores contábeis</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo circulante	23.819	-	23.819
Ativo não circulante:			
Imobilizado (i) e (iii)	18.883	3.403	22.286
Intangível (ii)	49	12.289	12.338
Outros ativos	3.685	-	3.685
Passivo circulante	(33.012)	-	(33.012)
Passivo não circulante	(12.197)	-	(12.197)
Valor total dos ativos, líquidos da investida	<u>1.227</u>	<u>15.692</u>	<u>16.919</u>
% da participação societária adquirida			100%
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos			15.692
Ativos líquidos adquiridos			1.227
Valor pago			<u>56.296</u>
Ágio (<i>goodwill</i>) apurado na aquisição			<u>39.377</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, à mais-valia apurada sobre os terrenos da São Lucas onde estão construídos o hospital de Lins e demais unidades de atendimento em Lins e Bauru.
- (ii) Refere-se à mais-valia apurada sobre carteira de clientes da São Lucas.
- (iii) Refere-se substancialmente à mais-valia apurada sobre outros ativos hospitalares da São Lucas.

Hospital São Francisco Ltda. (Quirinópolis)

Em 7 de novembro de 2018, a Operadora, através de contrato de compra e venda, adquiriu 100% das quotas do Hospital São Francisco Ltda., sociedade empresária de responsabilidade limitada com sede na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás, situado na avenida Lazáro Xavier, 21, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob número 02.046.142/0001-15. A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços médicos, clínicos cirúrgicos, hospitalares, laboratórios de análise clínica e raio-x. Ela poderá dedicar-se, ainda, a quaisquer outras transações relacionadas as acima descritas, bem como participar de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, vinculando-se a elas diretamente ou indiretamente.

O valor pago corresponde a mais-valia dos ativos tangíveis (imobilizado), no montante de R\$748. A Administração está em processo de apuração do valor justo dos ativos e passivos da adquirida.

GSF Administração de Bens Próprios Ltda.

Em 31 de outubro de 2016, a GSFRP Participações S.A. aumentou sua participação na São Francisco Sistema de Saúde através da entrega de 9.335.810 cotas de emissão da GSF Administração de Bens Próprios Ltda., avaliada ao custo histórico nos termos do laudo de avaliação aprovado na reunião de sócios da São Francisco Saúde.

A GSF Administração de Bens Próprios Ltda. é regida pelas cláusulas e condições seguintes, pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e subsidiariamente pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. A sociedade tem sede e foro na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, na avenida Portugal, nº 545, 3 Andar, sala 04 no bairro Jardim São Luiz.

A sociedade tem por objetivo o desenvolvimento de atividades imobiliárias, incluindo a administração e realização de operações de compra, venda e aluguel de imóveis próprios. Ela poderá dedicar-se, ainda, a quaisquer outras transações relacionadas as acima descritas, bem como participar de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, vinculando-se a elas diretamente ou indiretamente.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Em 31 de dezembro, a Operadora e sua controlada São Lucas Lins possuem depósitos judiciais como garantia às ações judiciais das quais participa, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cível (a)	1.837	2.146	2.331	2.146
Trabalhista	338	59	338	59
Tributária (b)	4.370	4.006	4.370	4.006
Total	<u>6.545</u>	<u>6.211</u>	<u>7.039</u>	<u>6.211</u>

- (a) Os depósitos de natureza cível correspondem a processos judiciais movidos por beneficiários que pleiteiam continuidade do atendimento, suposto erro médico ou insatisfação quanto ao serviço prestado, coberturas extensivas, ressarcimento de despesas hospitalares e outras comuns às operadoras de saúde.
- (b) A Operadora, em conjunto com outras empresas do setor, iniciou ação judicial requerendo liminar para indeferimento da obrigação referente à contribuição patronal (20%) ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da Operadora. Nesse contexto de discussão, a Operadora registrou a obrigação legal no montante de R\$1.960 em 31 de dezembro de 2014 e realizou o depósito judicial. Após essa data, a Operadora vem atualizando os saldos monetariamente.

10. IMOBILIZADO

	Controladora									
	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento (i)	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.610	223	5.647	1.387	17.316	9.421	681	16.187	4.610	57.082
Aquisições	557	1.043	931	1.085	3.928	3.139	144	106	34.165	45.098
Baixas	(312)	-	(7)	-	(40)	(266)	(31)	-	(62)	(718)
Transferência	-	25.104	-	-	27	-	-	8.304	(33.435)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.855	26.370	6.571	2.472	21.231	12.294	794	24.597	5.278	101.462
Aquisições	3.044	19	1.636	77	11.092	6.345	246	159	53.756	76.374
Baixas	(245)	-	(8)	-	(55)	(88)	(104)	(437)	-	(937)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	12.596	(12.596)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.654	26.389	8.199	2.549	32.268	18.551	936	36.915	46.438	176.899
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(92)	(3.302)	(656)	(9.690)	(6.580)	(472)	(7.793)	-	(28.585)
Depreciação do exercício	-	(97)	(377)	(130)	(1.201)	(967)	(84)	(2.930)	-	(5.786)
Baixas	-	-	4	-	7	241	32	-	-	284
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(189)	(3.675)	(786)	(10.884)	(7.306)	(524)	(10.723)	-	(34.087)
Depreciação do exercício	-	(1.056)	(485)	(218)	(1.776)	(2.014)	(90)	(5.348)	-	(10.987)
Baixas	-	-	5	-	15	74	40	462	-	596
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(1.245)	(4.155)	(1.004)	(12.645)	(9.246)	(574)	(15.609)	-	(44.478)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.855	26.181	2.896	1.686	10.347	4.988	270	13.874	5.278	67.375
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	4.654	25.144	4.044	1.545	19.623	9.305	362	21.306	46.438	132.421
Taxas médias anuais de depreciação	-	4%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	-	-

	Consolidado									
	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento (i)	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.855	26.370	6.571	2.472	21.231	12.294	794	24.597	5.278	101.462
Aquisições investimento (ii)	5.600	15.568	1.584	-	8.957	1.189	112	1.426	193	34.629
Aquisições	3.044	71	1.667	77	11.221	6.357	246	159	54.105	76.947
Baixas	(245)	-	(8)	-	(55)	(93)	(104)	(437)	-	(942)
Transferência	-	-	-	-	-	-	10	12.596	(12.596)	10
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>10.254</u>	<u>42.009</u>	<u>9.814</u>	<u>2.549</u>	<u>41.354</u>	<u>19.747</u>	<u>1.058</u>	<u>38.341</u>	<u>46.980</u>	<u>212.106</u>
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(189)	(3.675)	(786)	(10.884)	(7.306)	(524)	(10.723)	-	(34.087)
Aquisições investimento (ii)	-	(3.041)	(923)	-	(3.991)	(943)	(65)	(256)	-	(9.219)
Depreciação do exercício	-	(1.588)	(510)	(218)	(1.983)	(2.039)	(92)	(5.360)	-	(11.790)
Baixas	-	348	5	-	15	77	40	462	-	947
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>(4.470)</u>	<u>(5.103)</u>	<u>(1.004)</u>	<u>(16.843)</u>	<u>(10.211)</u>	<u>(641)</u>	<u>(15.877)</u>	<u>-</u>	<u>(54.149)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.855	26.181	2.896	1.686	10.347	4.988	270	13.874	5.278	67.375
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	10.254	37.535	4.771	1.545	24.511	9.536	417	22.464	46.980	157.957
Taxas médias anuais de depreciação	-	4%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	-	-

(i) Em 31 de dezembro de 2017, a transferência de R\$33.435 de imobilizações em curso para benfeitorias em imóveis de terceiros e edificações corresponde à conclusão da obra do hospital de Araraquara (R\$25.434) e pronto atendimento nas cidades de Barretos, Ribeirão Preto, São Carlos, Jaboticabal, que totalizam R\$4.920. O saldo remanescente corresponde à projetos de ampliação das unidades já existentes, como, por exemplo, ampliação da farmácia central e estrutura para o projeto de combate ao incêndio.

Em 31 de dezembro de 2018, a transferência de R\$12.596 de imobilizações em curso para benfeitorias em imóveis de terceiros corresponde à conclusão de 9 obras no estado do Paraná (R\$4.017), 5 obras em Piracicaba (R\$2.234) e pronto atendimentos e emissão de guias nas cidades de Leme, São Carlos, Capivari, Rio Verde, Chapadão do Céu, Orindiuva, Itapagipe, Assis, Pirassununga, Delta, Candido Mota e Chapadão do Sul, que totalizam R\$6.346.

(ii) Aquisições São Lucas e Hospital São Francisco de Quirinópolis – nota explicativa nº 8.

A Operadora e suas controladas monitoram os seus ativos imobilizados por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável destes. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração da Operadora e de suas controladas não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados.

11. INTANGÍVEL

Controladora						
	2017	Adições	Baixas	Amortização	2018	
Marcas e patentes	4	-	-	-	4	
Software	7.612	5.888	-	(1.573)	11.927	
Aquisição de carteira de beneficiário	44.424	-	-	(5.884)	38.540	
Total	<u>52.040</u>	<u>5.888</u>	<u>-</u>	<u>(7.457)</u>	<u>50.471</u>	
	2016	Adições	Baixas	Amortização	2017	
Marcas e patentes	4	-	-	-	4	
Software	3.970	5.175	(136)	(1.197)	7.812	
Aquisição de carteira de beneficiário	20.367	28.553	-	(4.696)	44.424	
Total	<u>24.341</u>	<u>33.728</u>	<u>(136)</u>	<u>(5.893)</u>	<u>52.240</u>	
Consolidado						
	2017	Adições	Aquisição SL	Baixas	Amortização	2018
Marcas e patentes	4	-	24	-	-	28
Software	7.612	5.888	25	-	(1.573)	12.152
Aquisição de carteira de beneficiário	44.424	-	-	-	(5.888)	38.336
Mais-valia sobre carteira de beneficiários (i)	-	12.289	-	-	(466)	11.823
Ágio gerado na combinação de negócios (ii)	-	39.377	-	-	-	39.377
Total	<u>52.040</u>	<u>57.554</u>	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>(7.927)</u>	<u>101.716</u>
Taxa média de amortização	Marcas	Software	Carteira de beneficiários			
	-	20%	10%			

- (i) Corresponde a mais-valia sobre a carteira de beneficiários da controlada São Lucas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.
- (ii) Corresponde ao ágio pago a mais quando da aquisição da controlada São Lucas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

A Administração da Operadora e de suas controladas estimou a vida útil-econômica das carteiras de clientes em dez anos com base na expectativa de obtenção de fluxos positivos e benefícios econômicos do ativo.

A Operadora e suas controladas monitoram o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável destes. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração da Operadora e de sua controlada não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis. O ágio corresponde a transações com investidas ao longo do ano.

12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

- a) A provisão de contraprestação não ganha (PCNG) da controladora e consolidado, nos valores respectivos de R\$5.155 e R\$7.724 em 31 de dezembro de 2018 (R\$4.953 em 2017), é calculada "pro rata dia", com base nos prêmios retidos, e tem por objetivo provisionar a parcela correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo.
- b) A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) da controladora e consolidado, nos valores respectivos de R\$44.152 e R\$45.902 em 31 de dezembro de 2018 (R\$36.335 em 2017), registrada no passivo circulante, está constituída com base na Resolução Normativa ANS nº 393/15, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial - NTA. É destinada para fazer frente aos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora por falta de avisos.

- c) A provisão para remissão da controladora e do consolidado, nos valores respectivos de R\$2.353 e R\$2.440 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.380 em 2017) é a provisão técnica para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referente ao custeio da cobertura de assistência à saúde contratada pelo beneficiário dependente. Em 2014, a Operadora interrompeu a comercialização de contratos com cláusulas de remissão.

13. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prestador de serviços - pessoa física	1.246	1.098	3.576	1.098
Prestador de serviços - pessoa jurídica	30.979	46.753	32.176	46.753
Total	32.225	47.851	35.752	47.851

Representam valores relativos à prestação de serviços médicos prestados por terceiros em nome da Operadora e suas controladas em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.

A redução do saldo ocorre devido a verticalização utilizando a sua rede Própria.

14. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão de ressarcimento ao SUS	17.894	9.239	20.020	4.451	23.157	10.223	20.020	4.451

Conforme a Instrução Normativa Conjunta DIOPE e Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES (DIOPE/DIDES) nº 05, de 30 de setembro de 2011, a Operadora passou a registrar mensalmente o valor de ressarcimento ao SUS de acordo com as informações disponibilizadas pela ANS por meio de sua página na Internet, com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados - ABI, considerando o percentual histórico de cobrança somado ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União - GRU e ao saldo de parcelamento aprovado pela ANS.

Os montantes no passivo não circulante correspondem à débitos parcelados de ressarcimento ao SUS junto à ANS, de 2014 a 2018. Em 2017, a Operadora e suas controladas efetuaram parcelamento de ressarcimento ao SUS, por meio de REFIS, de acordo com a Lei nº 13.494/07, efetuado em em 60 parcelas.

Os parcelamentos registrados como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 têm seus vencimentos conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
2020	3.306	4.290
2021	2.914	2.914
A partir de 2022	3.019	3.019
Total	9.239	10.223

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.659	1.531	4.835	1.531
IRPJ	-	-	139	167
CSLL	15	863	96	931
INSS	3.595	2.941	4.161	2.941
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.040	833	1.205	833
PIS/COFINS	1.731	3.286	1.975	3.313
Contribuição sindical	32	48	33	48
IRRF	2.774	2.117	3.899	2.117
INSS retido de terceiros	47	46	413	46
ISS retido de terceiros	431	124	507	124
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	2.633	1.499	2.906	1.499
Impostos parcelados federais (a)	-	-	3.553	-
Impostos parcelados municipais	-	-	697	-
Total	16.957	13.288	24.419	13.550

- (a) Em 26 de outubro de 2017, a controlada São Lucas Lins aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - Demais Débitos, instituído pela Lei 13496/17. Os débitos incluídos no parcelamento somavam R\$5.433.

Na prestação de contas junto à Receita Federal, em 28 de dezembro de 2018, o saldo remanescente de R\$2.046, já deduzido dos pagamentos realizados durante o exercício de 2018, foi parcelado em 125 parcelas de R\$16 e encontrava-se registrado em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$196 no passivo circulante e R\$1.820 no passivo não circulante.

16. DÉBITOS DIVERSOS E OUTROS DÉBITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de bens e serviços (a)	40.745	21.083	43.756	21.083
Aquisição de carteira de clientes (b)	13.082	22.256	13.082	22.256
Taxa de saúde suplementar (c)	5.779	3.557	5.779	3.557
Obrigações com pessoal (d)	21.549	17.693	25.140	17.693
Adiantamentos de clientes	6.031	4.167	6.047	4.167
Outros	5.647	4.707	6.005	5.364
Multa de infração - ANS	1.599	981	1.599	981
Total	94.432	74.444	101.408	75.101
Passivo circulante	82.005	57.331	88.981	55.431
Passivo não circulante	12.427	17.113	12.427	19.670
Total	94.432	74.444	101.408	75.101

- (a) O aumento está atrelado à aquisição de materiais e medicamentos para a prestação de serviços e reformas em algumas de suas unidades de atendimento, em especial as unidades de cuidados especiais e unidades coronarianas. Com a expansão da rede credenciada, houve aumento do saldo passivo.
- (b) Durante o ano de 2017, a Operadora realizou a compra de novas carteiras de clientes de diferentes operadoras de saúde, registradas na rubrica "Intangível". A aprovação para essas compras foi devidamente registrada e aprovada pela ANS. Em 2018, tivemos uma diminuição devido a amortização das carteiras.
- (c) Para cada beneficiário, é cobrado da Operadora uma taxa de R\$5,39 (R\$5,39 em 2017). A variação sofre influência direta do aumento do número de vidas ocorrido em 2018.
- (d) O aumento nas despesas com pessoal corresponde à novas contratações realizadas em 2018, tendo em vista o crescimento da Operadora e suas controladas e a finalização de várias unidades de pronto atendimento e prédios administrativos.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos mantidos em 31 de dezembro estão representados por:

Modalidade	Taxa anual de juros	Vencimento final	Controladora	
			31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander	Taxa prefixada de 10,56%	Maio de 2020	-	81
Capital de giro (a)	121,1889% CDI	Novembro de 2021	3.817	1.007
"Leasing" (b)	13,89% a 22,84%	Setembro de 2018	1.155	2.265
BNDES (b)	7% a 9% + TJLP	Dezembro de 2018	-	379
Total			<u>4.972</u>	<u>3.732</u>
Passivo circulante			2.439	2.705
Passivo não circulante			<u>2.533</u>	<u>1.027</u>
Total			<u>4.972</u>	<u>3.732</u>

Modalidade	Taxa anual de juros	Vencimento final	Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander	Taxa prefixada de 10,56%	Maio de 2020	-	81
Capital de giro (a)	121,1889% CDI	Novembro de 2021	3.817	1.007
"Leasing" (b)	13,89% a 22,84%	Março de 2021	1.156	2.265
Finame (c)	2% a 3,5% + TJLP	Março de 2020	760	379
Total			<u>14.988</u>	<u>3.732</u>
Passivo circulante			7.484	2.705
Passivo não circulante			<u>7.504</u>	<u>1.027</u>
Total			<u>14.988</u>	<u>3.732</u>

- (a) Refere-se a dois contratos de empréstimos bancários firmados com o Banco Itaú-Unibanco S.A. e Banco Santander S/A: (i) o primeiro contratado em dezembro de 2014, no montante de R\$2.500, a ser pago em 48 prestações mensais, sendo a última liquidada em 2018; (ii) o segundo foi realizado um contrato de capital de giro junto ao Banco Santander S/A em junho de 2018 no valor de R\$3.800, a ser pago em 3 prestações anuais. Ambos os contratos estão garantidos por aval dos sócios-cotistas da Operadora.
- (b) Referem-se a operações de "leasing" mercantil financeiro, contratadas com diversas instituições financeiras, cuja finalidade é a aquisição, em sua maioria, de equipamentos hospitalares. Os contratos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES têm como objetivo financiar a modernização das instalações da Operadora. Os contratos de empréstimos estão garantidos por aval dos sócios-cotistas.
- (c) Referem-se a a cédula de crédito comercial na modalidade FINAME utilizado para a aquisição de equipamentos hospitalares da controlada São Lucas Lins.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os contratos de empréstimos e financiamentos da Operadora e de sua controlada não apresentam cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

Os empréstimos e financiamentos registrados como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 têm seus vencimentos conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
2020	1.266	4.863
2021	<u>1.267</u>	<u>2.641</u>
Total	<u>2.533</u>	<u>7.504</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro, a Operadora e suas controladas constituíram provisão para riscos relacionados a aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais como segue:

	Controladota				Consolidado			
	31/12/2016	Adições	Atualização	Reversões	31/12/2017	Adições/ Atualização	Reversões	31/12/2018
Cíveis (i)	3.461	1.055	-	-	4.516	3.815	-	8.331
Trabalhistas (ii)	1.637	142	-	-	1.779	628	-	2.407
Fiscais (iii)	2.825	-	187	-	3.012	1.752	-	4.764
Total	<u>7.923</u>	<u>1.197</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>9.307</u>	<u>6.195</u>	<u>-</u>	<u>15.502</u>

	Consolidado				
	31/12/2017	Aquisição São Lucas Lins	Adições	Reversões	31/12/2018
Cíveis (i)	4.516	659	3.821	-	8.996
Trabalhistas (ii)	1.779	13	628	2	2.418
Fiscais (iii)	3.012	-	1.752	-	4.764
Total	<u>9.307</u>	<u>672</u>	<u>6.195</u>	<u>2</u>	<u>16.178</u>

(i) Provisões cíveis

A Operadora e suas controladas estão discutindo diversas ações de natureza cível na esfera judicial, movidas por beneficiários que pleiteiam continuidade de atendimento, coberturas extensivas, ressarcimento de despesas hospitalares e outras comuns às operadoras de saúde, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores.

A Operadora e sua controlada São Lucas Lins são parte em processos cíveis, de mesma natureza, no montante de R\$27.439 e R\$27.970 em 31 de dezembro de 2018, valores individuais e consolidados respectivamente (R\$25.219 em 2017), cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Operadora. O aumento das causas possíveis refere-se aos processos de erro médico, negativa de cobertura, danos morais.

(ii) Provisões trabalhistas

A Operadora e sua controlada São Lucas Lins estão discutindo na justiça ações de natureza trabalhista, relacionadas substancialmente ao pleiteio pelo reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, 13º salário, verbas rescisórias e intervalo intrajornada, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores. O risco de perda dessas ações foi avaliado como provável pelos assessores jurídicos da Operadora.

A Operadora e sua controlada Saúde São Lucas Lins são parte em processos trabalhistas, de mesma natureza, no montante de R\$6.163 e R\$6.233, valores individuais e consolidados respectivamente em 31 de dezembro de 2018 (R\$31.382 em 2017), cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Operadora. A diminuição refere-se ao encerramento do processo de reintegração de posse do prédio da Beneficência Portuguesa de Araraquara.

(iii) Provisões fiscais

Referem-se à contribuição patronal (20%) ao INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da Operadora, instituída pelo artigo 22, inciso III, da Lei nº 8.212/91. A Operadora, em conjunto com outras empresas do setor, iniciou ação judicial requerendo liminar para indeferimento dessa obrigação. Nesse contexto de discussão, a Operadora registrou a obrigação legal no montante de R\$1.960 em 31 de dezembro de 2014 e realizou o depósito judicial, no mesmo montante. A partir dessa data, não houve mais depósitos e a Operadora vem atualizando os saldos monetariamente.

De acordo com a legislação vigente, os registros fiscais da Operadora estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais. Não há, em 31 de dezembro de 2018, causas definidas como possíveis pelos assessores jurídicos relacionadas à natureza fiscal.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

A Operadora mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas contratualmente. As transações realizadas nos exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e de 2017, bem como os saldos existentes naquelas datas, são como segue:

	31/12/2018							Total	31/12/2017
	São Francisco Saúde Ocupacional Ltda. (a)	São Francisco Odontologia Ltda. (b)	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa (c)	Fundação Maternidade Sinhá Junqueira (d)	São Francisco Resgate Ltda. (e)	SOMMA (f)	Documenta Clínica Radiológica Ltda. (g)		
Transações:									
Receitas com prestação de serviços	-	5.104	82	-	2.874	104	1.927	10.091	10.025
Despesas	(29)	(11.160)	(725)	(34.635)	(14.286)	(24.670)	(41.008)	(126.513)	(120.972)
Total das transações	(29)	(6.056)	(643)	(34.635)	(11.412)	(24.566)	(39.081)	(116.422)	(110.947)

	31/12/2017								
Contraprestação pecuniária a receber	-	488	7	183	242	10	97	1.027	897
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde	-	(1.072)	-	(3.256)	(1.305)	(1.057)	(2.858)	(9.548)	(8.953)
Débitos diversos	-	-	(61)	-	-	-	-	(61)	(1.513)
Adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

- (a) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se à prestação de serviços médicos, exames admissionais, demissionais, periódicos e de auditoria concorrente da Operadora.
- (b) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao repasse de recursos para cobertura de assistência odontológica vendida em conjunto no contrato de assistência médica.
- (c) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos beneficiários da parte relacionada. As despesas referem-se ao reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários do plano da Operadora e pagamento de aluguel pela utilização de sala no prédio do Centro de Serviços Compartilhados, na Avenida Portugal, 545 - Ribeirão Preto.
- (d) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários do plano da Operadora.
- (e) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários do plano da Operadora (remoção de pacientes).
- (f) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao fornecimento de materiais para procedimentos cirúrgicos.
- (g) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários do plano da Operadora.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Operadora, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo. Não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em participação societária.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, houve remuneração aos administradores da Operadora nos montantes respectivos de R\$3.220 e R\$2.514.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Operadora é composto por 159.551.348 cotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma (129.551.348 cotas em 2017 no valor nominal de R\$1,00 cada uma), totalmente subscrito e integralizado.

Em 21 de setembro de 2018 e 17 de dezembro de 2018, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os sócios aprovaram o aumento de capital da Operadora em R\$30.000, mediante a emissão de 10.000 mil novas cotas, e 20.000 mil novas cotas, no valor unitário de R\$1,00. Os sócios decidiram manter em tesouraria o correspondente à 450 cotas.

Em 27 de março de 2017 e 7 de dezembro de 2017, através de Ata de Assembléia Geral Extraordinária, os sócios aprovaram o aumento de capital da Operadora em R\$28.000 e R\$10.000, respectivamente, mediante a emissão de 28.000 mil novas cotas, e 10.000 mil novas cotas, no valor unitário de R\$1,00. Os sócios decidiram manter em tesouraria, o correspondente à 448 cotas.

b) Destinação do lucro

A destinação do lucro líquido do exercício é registrada contabilmente quando de sua deliberação pelos cotistas. A Operadora pode, a qualquer tempo, apurar balancetes intermediários e distribuir lucros. Os eventuais prejuízos são suportados pelos cotistas na proporção de suas participações no capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi aprovada a distribuição de R\$17.544 de exercícios anteriores, correspondente a 159.313.273 cotas da GSFRP e 127.911 cotas de minoritários (R\$10.885 em 2017, sendo R\$7.428 de exercícios anteriores e R\$3.489 do exercício atual).

c) Juros sobre capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Operadora calculou juros sobre capital próprio com base na TJLP vigente no exercício, no montante de R\$12.577, o qual já foi distribuído no exercício, correspondente a 159.313.273 cotas da GSFRP e 127.911 cotas de minoritários.

d) Reservas de lucros

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

21. IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA (CONSOLIDADO)

Refere-se aos edifícios da controlada GSF Administradora de Bens Próprios Ltda., alocados para operação do Hospital São Francisco e reconhecidos como imóveis destinados a renda por se tratar de bens destinados a aluguel e valorização de mercado. Os referidos bens encontram-se alugados e a receita de locação mensal é de aproximadamente R\$725 (R\$688 em 2017).

22. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prestação de serviços médico-hospitalares - pessoas físicas (a)	354.393	302.020	374.603	302.020
Prestação de serviços médico-hospitalares - pessoas jurídicas (a)	957.285	761.256	977.530	761.256
Outras deduções das receitas (b)	(57.716)	(10.757)	(57.905)	(10.757)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora (c)	(17.021)	(39.059)	(18.077)	(39.059)
Total	1.236.941	1.013.460	1.276.151	1.013.460

- (a) O aumento no faturamento da Operadora está atrelado ao crescimento da mesma. Em 31 de dezembro de 2018, a Operadora possui 698.199 vidas (636.293 vidas em 2017). No ano de 2018, os planos de saúde tiveram a incidência de um reajuste de, aproximadamente, 9,22%.
- (b) As outras deduções das receitas correspondem às contraprestações de corresponsabilidade transferida de assistência médico-hospitalar.
- (c) A diminuição da despesa com ISS deve-se ao registro do crédito de Pis e Cofins do período de outubro de 2016 à dezembro de 2017, visando deduzir das indenizações correspondentes aos eventos ocorridos na rede própria (Hospital São Francisco), nos termos do § 9, art. 3, Lei 9.718/98, apurado pela Operadora e suas controladas. O pedido de restituição foi realizado em dezembro de 2018 com expectativa de recebimento no próximo ano. Em 2018 já deduzimos da base de cálculo os eventos em rede própria para cálculo do Pis e Cofins.

23. EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS

Conforme exigido pela ANS por meio da Resolução Normativa nº 344, de 20 de dezembro de 2013, a abertura do quadro de eventos odontológicos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cobertura de assistência preestabelecida (individual ou familiar) antes da Lei nº 9.656/98	49.624	35.907	50.486	35.907
Cobertura de assistência preestabelecida (individual ou familiar) depois da Lei nº 9.656/98	174.015	144.430	181.965	144.430
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo por adesão) antes da Lei nº 9.656/98	36.207	33.211	36.207	33.211
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo por adesão) depois da Lei nº 9.656/98	85.302	76.958	86.686	76.958
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo empresarial) antes da Lei nº 9.656/98	3.322	2.974	3.397	2.974
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo empresarial) depois da Lei nº 9.656/98	475.274	425.317	485.896	425.317
Sistema Único de Saúde - SUS (outros)	7.915	11.836	10.318	11.836
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo por adesão) antes da Lei nº 9.656/98	366	513	366	513
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo por adesão) depois da Lei nº 9.656/98	-	1	-	1
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo empresarial) antes da Lei nº 9.656/98	46	3.773	46	3.773
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo empresarial) depois da Lei nº 9.656/98	31.370	11.052	31.370	11.052
Total	863.441	745.972	886.736	745.972

O aumento dos saldos em 2018, referem-se, substancialmente, aos custos relacionados aos honorários médicos e internações.

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos hospitalares e assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do quarto trimestre de 2018 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido.

Cobertura assistencial com preço preestabelecido - carteira de planos individuais ou familiares após a Lei nº 9.656/98 (não auditado)

	Controladora - 2018					
	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Total
Rede própria	4.244	516	47	28.550	23.707	57.064
Rede contratada	19.154	23.688	7.314	29.269	18.098	97.523
Reembolso	347	202	195	487	2.041	3.272
Outras formas de remuneração	2.430	2.498	773	5.967	4.488	16.156
Total	26.175	26.904	8.329	64.273	48.334	174.015

2017						
	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Total
Rede própria	2.265	231	43	24.805	16.482	43.826
Rede contratada	19.743	22.773	6.713	29.683	18.810	97.722
Reembolso	280	183	144	423	1.852	2.882
Total	22.288	23.187	6.900	54.911	37.144	144.430

2018 - Consolidado						
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total
Rede própria	4.969	1.411	53	31.034	23.707	61.174
Rede contratada	20.052	25.275	7.794	30.144	18.098	101.363
Reembolso	347	202	195	487	2.041	3.272
Outras formas de remuneração	2.430	2.498	773	5.967	4.488	16.156
Total	27.798	29.386	8.815	67.632	48.334	181.965

2017 - Consolidado						
	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Total
Rede própria	2.265	231	43	24.805	16.482	43.826
Rede contratada	19.743	22.773	6.713	29.683	18.810	97.722
Reembolso	280	183	144	423	1.852	2.882
Total	22.288	23.187	6.900	54.911	37.144	144.430

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS NÃO RELACIONADAS A PLANOS DE SAÚDE

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras receitas operacionais	57.083	54.983	60.062	54.983
Outras despesas de operações de assistência a saúde	(53.510)	(40.825)	(56.446)	(40.825)

A Operadora, além de atividades de prestação de serviços relacionados à planos de saúde, possui hospitais filiados para atendimento ao público (não beneficiários).

Houve evolução dos saldos devido ao aumento de abertura de Unidade de Atendimento que ocasionou no número de atendimentos como consulta, retornos, pequenos procedimentos e exames.

25. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal (a)	(110.869)	(84.665)	(109.122)	(84.665)
Serviços de terceiros	(48.244)	(31.197)	(49.996)	(31.197)
Localização e funcionamento	(44.181)	(33.493)	(46.630)	(25.208)
Propaganda e publicidade	(7.882)	(5.163)	(7.945)	(5.163)
Depreciação e amortização	(13.670)	(8.409)	(14.129)	(8.409)
Comissões	(13.681)	(12.058)	(13.975)	(12.058)
Diversas	(12.760)	(5.930)	(12.817)	(5.930)
Total	(251.288)	(180.915)	(254.615)	(172.630)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Classificadas como:				
Despesas de comercialização	(13.681)	(12.058)	(13.975)	(12.058)
Despesas administrativas	(237.607)	(168.857)	(240.640)	(160.572)
Total	<u>(251.288)</u>	<u>(180.915)</u>	<u>(254.615)</u>	<u>(172.630)</u>

- (a) O aumento dessa despesa refere-se às novas contratações efetuadas durante o ano de 2018 para atender às novas vidas e demandas da Operadora, bem como às novas contratações para as novas unidades de pronto atendimento e hospital de Araraquara que foram concluídas em 2017. A operadora possui em 2018 3.277 colaboradores e em 2017 possuía 2.887.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	11.170	11.803	11.833	12.083
Receitas por recebimento em atraso	3.941	4.613	4.105	4.613
Outras receitas financeiras	888	954	1.138	954
Total	<u>15.999</u>	<u>17.370</u>	<u>17.076</u>	<u>17.650</u>
Despesas financeiras:				
Descontos concedidos	(8.523)	(5.486)	(8.652)	(5.486)
Empréstimos bancários	(1.472)	(740)	(1.819)	(740)
Despesas por pagamento em atraso	(1.004)	(652)	(1.088)	(673)
Total	<u>(10.999)</u>	<u>(6.878)</u>	<u>(11.559)</u>	<u>(6.899)</u>
Receitas financeiras	15.999	17.370	17.076	17.650
Despesas financeiras	<u>(10.999)</u>	<u>(6.878)</u>	<u>(11.559)</u>	<u>(6.899)</u>
Total	<u>5.000</u>	<u>10.492</u>	<u>5.517</u>	<u>10.751</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sobre diferenças temporárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:				
Provisões para riscos (tributários, cíveis e trabalhistas)	14.875	9.307	14.875	9.307
Provisão para perdas sobre créditos	5.383	14.720	5.383	14.720
Provisão obsolescência dos estoques	298	298	298	298
Taxa de saúde suplementar	5.779	2.930	5.779	2.930
	34%	34%	34%	34%
Ativo fiscal diferido	<u>8.954</u>	<u>9.267</u>	<u>8.954</u>	<u>9.267</u>
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias:				
Reserva de reavaliação			1.587	
			34%	
			<u>539</u>	

A Operadora, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus cotistas, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Operadora.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Operadora estima realizar imposto de renda e contribuição social diferidos até 2020.

- b) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro líquido do exercício é demonstrada como segue:

	Controladora			
	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CS	IR	CS
Resultado do exercício antes dos tributos	123.942	123.942	89.219	89.219
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Créditos (tributos) às alíquotas nominais	(30.985)	(11.155)	(22.305)	(8.030)
Equivalência patrimonial	3.481	1.253	-	-
Juros sobre capital próprio	3.144	1.132	-	-
Diferenças permanentes	(116)	(265)	1.779	429
Total de despesas com impostos sobre o lucro	<u>(24.476)</u>	<u>(9.035)</u>	<u>(20.526)</u>	<u>(7.601)</u>
Correntes	(24.246)	(8.952)	(22.967)	(8.480)
Diferidos	(230)	(83)	2.441	879
Total de despesas com impostos sobre o lucro	<u>(24.476)</u>	<u>(9.035)</u>	<u>(20.526)</u>	<u>(7.601)</u>
	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CS	IR	CS
Resultado do exercício antes dos tributos	125.594	125.594	90.233	90.233
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Créditos (tributos) às alíquotas nominais	(31.399)	(11.303)	(22.558)	(8.121)
Juros sobre capital próprio	3.144	1.132	-	-
Diferenças permanentes	2.537	726	1.293	245
Total de despesas com impostos sobre o lucro	<u>(25.718)</u>	<u>(9.445)</u>	<u>(21.265)</u>	<u>(7.876)</u>
Correntes	(25.517)	(9.372)	(23.706)	(8.755)
Diferidos	(201)	(73)	2.441	879
Total de despesas com impostos sobre o lucro	<u>(25.718)</u>	<u>(9.445)</u>	<u>(21.265)</u>	<u>(7.876)</u>

28. PATRIMÔNIO MÍNIMO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 313, de 23 de novembro de 2012, a Operadora deve apresentar Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA, determinado pela multiplicação do capital mínimo e fator k definidos pela ANS. Em 31 de dezembro de 2018, o PMA da Operadora é de R\$287 (R\$275 em 2017), calculado conforme premissas demonstradas a seguir:

- a) Em atendimento ao artigo 3º da Resolução Normativa nº 274, de 24 de outubro de 2011, a ANS divulga, anualmente, os parâmetros para atualização do capital mínimo a ser considerado no cálculo do PMA pelas operadoras de planos de saúde. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor do capital mínimo divulgado pela ANS foi de R\$8.503 (R\$8.146 em 2017).

- b) De acordo com o artigo 3º da Resolução Normativa nº 160, de 3 de julho de 2007, a ANS divulga o fator k na Tabela do Anexo I da referida Resolução. Para operadoras no segmento "medicina de grupo/filantropia - SSP e SSP/SUS", pertencentes à região de comercialização 5, como é o caso da Operadora, o fator "k" determinado é de 3,37%.

A Operadora é requerida a atender aos índices determinados pela ANS para margem de solvência. Em 31 de dezembro de 2018, o PMA da Operadora calculado de acordo com os requerimentos da ANS era de R\$172.790 (R\$139.456 em 2017), e atende ao que é requerido pela norma:

	Controladora	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Base de cálculo (a)	246.890	207.442
Percentual de parcelamento - margem de solvência (b)	<u>70,52%</u>	<u>63,14%</u>
Total patrimônio líquido exigido	<u>174.107</u>	<u>130.979</u>
Patrimônio líquido da Operadora	186.583	125.615
Resultado líquido do exercício	90.430	61.090
Adições e deduções por efeito econômico (c)	<u>(104.222)</u>	<u>(47.249)</u>
Margem de solvência	<u>172.791</u>	<u>139.456</u>
Sobra/Falta de margem de solvência (d)	<u>(1.316)</u>	<u>8.477</u>

- a) A base de cálculo para a margem de solvência é definida por meio do resultado entre o total das contraprestações líquidas (receitas) dos últimos 12 meses em contrapartida ao total dos eventos líquidos (custos) dos últimos 36 meses. A ANS determina que deverá ser considerado o maior valor entre as receitas e os custos, multiplicado pelos valores correspondentes, sendo 20% para as receitas e 33% para os custos.
- b) A Operadora deve apresentar margem de solvência conforme determinado no Anexo VIII da Resolução Normativa ANS nº 209/09, que apresenta a definição sobre a forma como deverá ser observado o parcelamento da margem de solvência das operadoras por segmento. Em 31 de dezembro de 2015, a Operadora está incluída no seguimento terciário, que se refere a operadoras que iniciaram suas operações antes de 19 de julho de 2001, cujo percentual de parcelamento de margem de solvência aplicável é de 70,52%.
- c) De acordo com a Instrução Normativa ANS nº 50, de 23 de novembro de 2012, devem ser consideradas no cálculo do PMA as adições e deduções por efeitos econômicos. As adições correspondem às obrigações legais classificadas no passivo não circulante, excluída a parcela do ativo referente à transferência da responsabilidade de pagamento das obrigações legais, ocorridas nos termos do artigo 4º da Instrução Normativa DIOPE nº 20/08. As deduções correspondem ao ativo circulante intangível, exceto o montante referente a gastos com aquisição de carteiras de plano de assistência à saúde e com programas de promoção à saúde e prevenção de riscos e doenças, aprovados nos termos da Instrução Normativa Conjunta DIOPE e Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO (DIOPE/DIPRO) nº 01/08.
- d) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreu a aquisição do controle da Operadora Assistência Médica Hospitalar São Lucas de Lins, em decorrência disto é necessário a realização dos ajustes econômicos nesse mercado. Nesse cenário, a Operadora destinou volume substancial de seus recursos para aquisição da Operadora, o que temporariamente implicou o não atendimento do índice de margem de solvência ajustada requerido pela ANS. No trimestre subsequente, contudo, a situação foi ajustada por meio de aporte de recursos dos cotistas, no montante de R\$40.000.

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Transações que não afetam caixa:		
Aquisição de ativos imobilizado não pagos	19.662	-
Total	<u>19.662</u>	<u>-</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A Operadora e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, tem operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração e de sua controlada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- a) Aplicações financeiras: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 3.
- b) Créditos de operações com planos de assistência à saúde: comentados e apresentados na nota explicativa nº 4.
- c) Contraprestação pecuniária a receber e tributos diversos de partes relacionadas: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 19.
- d) Outros valores a receber e outros passivos reconhecidos no ativo e passivo circulante e não circulante.

Mensuração de valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo no fim de cada exercício conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, com preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Operadora correspondem às características do Nível 2.

a) Gerenciamento de riscos

A Operadora opera exclusivamente com planos de assistência médica, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e pessoas físicas. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os de flutuação dos custos médicos, de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração.

b) Risco de mercado e concorrência

A Operadora trabalha com medicina de grupo e opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos de assistência médica com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde, autogestão e cooperativas de trabalho médico.

c) Risco de flutuação dos custos médico-hospitalares

Os contratos possuem prazo indeterminado com cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas por meio do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos 12 meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

d) Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade de a Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de assistência médica e hospitalares e é orientada com o objetivo de manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 2.4.

e) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco por meio do equacionamento do fluxo de compromissos e da manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários para suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

f) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras.

A Operadora adota a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDB), em sua maior parte de grande porte, com liquidez imediata, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas, incluindo a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 274/11 para a garantia das provisões técnicas.

O portfólio financeiro da Operadora está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico (CDI). Pelo fato de a Operadora não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, ela não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 3.

31. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Operadora possui cobertura de seguros, cuja descrição se encontra a seguir.

- Bens segurados: imóveis, benfeitorias, máquinas, equipamentos, mobiliários, utensílios e mercadorias.
- Riscos cobertos: incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, roubo de valores em trânsito fora do estabelecimento e roubo/furto de bens e mercadorias.
- Validade da apólice: 31 de março de 2019.
- Valor de cobertura: limitado a R\$75.656.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2019, a Operadora, através de contrato de compra e venda, adquiriu o controle do Hospital Regional de Franca S/A, companhia de capital fechado, com sede na Rua Dr. Fernando Faleiros de Lima, nº 2233, no Município de Franca/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 68.392.604/0001-64, registrado, nos termos da Lei nº 6.939/80, no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo sob o nº 900406-8 e isento de Inscrição Estadual ("HRF" ou "Regional Saúde"). A Operadora possuía 99,8% das ações ordinárias do HRF. O HRF tem como objeto social a operacionalização de planos de saúde, nos termos da lei 9656/98, medicina preventiva, bem como a prestação de serviços médicos, odontológicos, hospitalares, laboratoriais, resgate médico; com recursos próprios e de terceiros, podendo utilizar-se da cooperação de entidades congêneres, convênios com hospitais, clínicas e demais profissionais da área de saúde, dentre outros meios necessários ao atendimento dos objetivos propostos; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios. Em fevereiro de 2019, o Hospital Regional de Franca possuía 41.420 conveniados.

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) tendo em vista o despacho de aprovação sem restrições nº 202/2019 publicado no Diário Oficial da União de 11/02/2019, seção 1, pág. 59 (0579078). No dia 28 de fevereiro de 2019, a Agência Nacional de Saúde (ANS) através do Ofício nº: 34/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, aprovou o Deferimento de Pedido de Autorização para Transferência de Controle Societário.

Em 8 de março de 2019, os cotistas da Operadora efetuaram um aporte, no montante de R\$40.000 para cobrir a insuficiência da margem de solvência.

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelos sócios-cotistas da Operadora em 29 de março de 2019.